

Violência Psicológica Intrafamiliar: Considerações Psicanalíticas sobre Crianças que Vivenciam esse Trauma

Intrafamilial Psychological Violence: Psychoanalytic Considerations on Children Who Experience This Trauma

Violencia Psicológica Intrafamiliar: Consideraciones Psicoanalíticas sobre Niños que Experimentan este Trauma

Violence Psychologique Intrafamiliale : Considérations Psychanalytiques sur des Enfants qui Vivent ce Traumatisme

Luciana Martins Quixadá

Pós-doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora Adjunta da Universidade Estadual do Ceará (UECE), Integrante do GT Juventudes e Pesquisas Participativas da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação e Psicologia – ANPEPP.

E-mail : lucianaquixada@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5114818220704359>

OrcID: <https://orcid.org/0000-0001-7082-5698>

Larissa Dias Fernandes dos Santos

Psicóloga pela Universidade Estadual do Ceará (UECE).

E-mail : larissadias.fds@gmail.com

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3956283831752954>

OrcID : <https://orcid.org/0000-0001-5509-097X>

Resumo

A violência psicológica contra crianças é um tipo de abuso silencioso que por muitos ainda é subestimado, principalmente no que diz respeito aos impactos emocionais que provoca em suas vítimas. É um problema pouco estudado e preocupante, uma vez que a infância constitui uma fase fundamental à estruturação psíquica. Neste trabalho, buscamos compreender a violência psicológica, bem como promover um debate acerca das implicações afetivas desse fenômeno na infância com base na psicanálise. Para isso, realizamos uma pesquisa bibliográfica que admitiu como fonte livros e artigos, tanto de referência psicanalítica quanto que abordavam a temática da infância e da violência contra a criança. Consideramos que o abuso psicológico contra a criança se manifesta por meio de hostilidade, rejeição, ações de

intenso controle e outros comportamentos adversos dos cuidadores que minam a possibilidade de um ambiente seguro e amoroso ao desenvolvimento infantil. Percebemos que o abuso emocional provoca rupturas no processo de saúde psíquica e no desenvolvimento da criança, podendo ocasionar adoecimentos psíquicos e comprometimentos na constituição subjetiva dos sujeitos. Apesar dos evidentes avanços no que se refere aos direitos do público infantil, a criança não está protegida por dispositivos seguros e eficazes, e a violência psicológica que sofre ainda é uma realidade pouco notada em muitas esferas sociais, dificultando a construção de planos de ações que forneçam medidas para novos enfrentamentos sobre ela.

Palavras-chave: violência psicológica; infância; adoecimentos psíquicos.

Abstract

Psychological violence against children is a type of silent abuse that is still underestimated by many, especially concerning the emotional impacts it causes on its victims. It is a little studied and worrying problem since childhood is a fundamental phase for psychic structuring. In this work, we seek to understand psychological violence and promote a debate about the affective implications of this phenomenon in childhood based on psychoanalysis. For this, we carried out bibliographical research that admitted as source books and articles, both of psychoanalytic reference, and that addressed the theme of childhood and violence against children. We believe that psychological abuse against children manifests itself through hostility, rejection, intense control actions, and other adverse behaviors by caregivers that undermine the possibility of a safe and loving environment for child development. We noticed that emotional abuse causes a rupture in the mental health process and the child's development, which can lead to psychological illnesses and compromises in the subjective constitution of the subjects. Despite the obvious advances concerning children's rights, they are not protected by safe and effective devices; and the psychological violence they suffer is still a reality that is little noticed in many social spheres, making it difficult to build action plans that provide measures for new confrontations on it.

Keywords: *psychological violence; childhood; psychic illnesses.*

Resumen

La violencia psicológica contra niños es un tipo de abuso silencioso que por aún es subestimado por muchos, principalmente en lo que se refiere a los impactos emocionales que provoca en sus víctimas. Es un problema poco estudiado y preocupante, una vez que la niñez constituye una fase fundamental a la estructuración psíquica. En este trabajo, buscamos comprender la violencia psicológica y promover un debate sobre las implicaciones afectivas de este fenómeno en la niñez con base en el psicoanálisis. Para tanto, realizamos una investigación bibliográfica que admitió como fuente libros y artículos, tanto de referencia psicoanalítica cuanto las que abordaban la temática de la niñez y la violencia contra niños. Consideramos que el abuso psicológico contra niños se manifiesta por medio de hostilidad, rechazo, acciones de intenso control y otros comportamientos adversos de los cuidadores que minan la posibilidad de un ambiente seguro y amoroso al desarrollo infantil. Percibimos que el abuso emocional provoca roturas en el proceso de salud psíquica y en el desarrollo infantil, siendo capaz de ocasionar enfermedades psíquicas y comprometimientos en la constitución subjetiva de los sujetos. A pesar de los evidentes avances en lo que se refiere a los derechos del público infantil, el niño no está protegido por dispositivos seguros y eficientes, y la violencia psicológica que sufre aún es una realidad poco notada en muchas esferas sociales, dificultando la construcción de planes de acciones que ofrezcan medidas para nuevos enfrentamientos sobre ella.

Palabras clave: *violencia psicológica; niñez; enfermedades psíquicas.*

Résumé

La violence psychologique contre les enfants est un type d'abus silencieux qui est encore sous-estimé par beaucoup, en particulier en ce qui concerne les impacts émotionnels qu'elle provoque sur ses victimes. C'est un problème peu étudié et préoccupant, puisque l'enfance est une phase fondamentale de la structuration psychique. Dans ce travail, nous cherchons à comprendre la violence psychologique, ainsi qu'à promouvoir un débat sur les implications affectives de ce phénomène dans l'enfance basé sur la psychanalyse. Pour cela, nous avons mené une recherche bibliographique laquelle a admis comme source des livres et des articles, aussi bien de référence psychanalytique que de ceux qui abordaient la thématique de

l'enfance et de la violence contre les enfants. Nous considérons que l'abus psychologique contre les enfants se manifeste par l'hostilité, le rejet, les actions de contrôle intense et d'autres comportements défavorables des soignants qui minent la possibilité d'un environnement sûr et aimant pour le développement de l'enfant. Nous comprenons que l'abus émotionnel produit des ruptures dans le processus de santé mentale et dans le développement de l'enfant, ce qui peut provoquer des maladies mentales et des troubles dans la constitution subjective des sujets. Malgré les progrès évidents en ce qui concerne les droits du public infantile, les enfants ne sont pas protégés par des dispositifs sûrs et efficaces, et la violence psychologique qu'ils souffrent est encore une réalité peu remarquée dans de nombreuses sphères sociales, ce qui rend difficile la construction de plans d'action qui prévoient des mesures pour de nouvelles confrontations à leur sujet.

Mots-clés : *violence psychologique ; enfance ; maladie mentale.*

A violência psicológica é um tipo de abuso silencioso universal recorrente nos contextos familiares, que por muitos ainda é subestimado, principalmente no que diz respeito aos impactos emocionais que provoca em suas vítimas (Rocha & Moraes, 2011). Quando praticado durante a infância esse fenômeno torna-se ainda mais preocupante, uma vez que a referida fase é fundamental na construção da personalidade e nas compreensões a respeito das origens da nossa vida emocional (Bowlby, 2015). Conforme Bowlby (2015), muitos eventos que ocorrem nesse período afetam significativamente a saúde mental dos indivíduos e continuam influenciando o psiquismo ao longo da vida. Para esse autor, é relevante atentarmos para o contexto em que a criança se insere, a forma como é recebida e tratada pela família desde o seu nascimento, especialmente porque essas questões repercutem em sua saúde psíquica.

O Estatuto da Criança e do Adolescente considera criança todo indivíduo que possui até 12 anos incompletos e, nos preceitos da *Lei n. 8.069 (1990)*, assegura a primazia da concretização dos direitos fundamentais desse sujeito em razão de sua condição peculiar de desenvolvimento, dispondo acerca de sua proteção integral. Ariès (2006) e Costa (2007)

evidenciam a forma heterogênea com que a infância se apresenta e é trilhada ao redor do mundo, ressaltando que ela deve ser pensada a partir de um contexto histórico, social e cultural. Ser criança, portanto, possui sua razão biológica e suas necessidades específicas de pensar, sentir e se inserir no mundo social e no mundo do outro.

Em uma lógica desenvolvimentista, a infância é tida como uma fase que possui um longo caminho para a conquista de um patamar que a sociedade parece considerar mais evoluído e amadurecido (Pinheiro, 2006). Cohn (2010) menciona que, nesse pensamento, a infância é vista como uma etapa sem significado, a ser contornada e ultrapassada em prol da perspectiva que centraliza o adulto como o indivíduo apto a guiar a criança, com sua menoridade social e jurídica, no alcance de determinadas capacidades intelectuais e afetivas típicas da adultez. Estimamos que a família deve ser o primeiro núcleo de socialização, de cuidado e de proteção da criança, fornecendo a garantia de um ambiente “transubjetivo” (Figueiredo, 2012, p.137) de acolhimento e respeito a sua integridade física e psicológica.

Historicamente, é somente na renascença, com o surgimento da diferenciação entre o espaço público e o privado, que os cuidados das crianças ficaram sob a responsabilidade especial de cada família, diferenciando-se da Idade Média, na qual a criança interagia mais com as pessoas da sociedade do que com a família (Birman, 2007; Costa, 2007). Então, é em meados do século XVII e XVIII, para Costa (2007), que o infante passou a ser objeto de preocupação da família e da sociedade, especialmente no que diz respeito à educação, dando início na cultura ocidental ao sentimento moderno acerca das peculiaridades da infância.

A respeito do Brasil, o que se destaca, segundo Pinheiro (2006), é a herança da sociedade colonial brasileira, cuja centralidade da família e do patriarcalismo ainda deixam suas marcas. Freyre e Souza (2000 como citado em Pinheiro, 2006, p. 41) denominam de sádica a relação do patriarca da família com os seus filhos, que, assim como as mulheres, eram subordinados ao suposto senhor do lar. Pinheiro (2006) argumenta que um traço cultural

arraigado na nossa sociedade, desde essa época, é a naturalidade com que a violência é praticada pelos pais contra seus filhos, principalmente sob o pretexto de que seria uma prática educativa. Para essa pesquisadora, as questões assinaladas comunicam os primórdios das práticas de violência dos familiares contra as crianças no Brasil. Diante disso, Azevedo e Guerra (1993) evidenciam a necessidade de desmistificar na sociedade a ideia de que a família é um símbolo inabalável de proteção das crianças. São revestidas de cuidado, em favor de uma educação moral rígida ou do símbolo de posse que representa a criança para seus pais, que diferentes formas de violência são reproduzidas e perpetuadas.

Posto isto, a temática que orienta o presente texto é a violência psicológica intrafamiliar contra a criança, ainda pouco discutida e pesquisada no meio acadêmico. Através de Freud (2011), observamos que a violência está presente desde as épocas mais primitivas e conserva estreitas relações com a agressividade e com a cultura. Esse fenômeno está associado ao controle e à instrumentalização de um indivíduo sobre outro. Assim, um agente externo atua de forma repressora contra o infante, privando-o de sua liberdade, de seus direitos e de seu sadio desenvolvimento (Ministério da Saúde [MS], 2001; Chauí, 2011). A violência, desse modo, não apenas a de caráter físico, pode provocar intenso sofrimento psíquico e traumas que poderão acompanhar o sujeito em toda sua vida (Ferenczi, 1992; Figueiredo & Coelho, 2018).

Apesar de ser um grande problema de saúde pública, praticado há centenas de anos, a violência contra a criança no contexto familiar começou a ser mais estudada e destacada como uma prática extremamente danosa ao indivíduo em meados da década de 1970 (Azevedo & Guerra, 1993; Abranches & Assis, 2011). É nesse contexto que o abuso psicológico se insere como objeto de preocupação, mas também de difícil definição operacional, identificação e intervenção (Abranches & Assis, 2011; Bell & Higgins, 2015).

Na maioria dos estudos, a violência psicológica aparece ligada a um conjunto de ações adversas que coagem e aterrorizam a criança em seu ambiente familiar, acarretando diferentes agravos psicológicos para a população infantil, como a ocorrência de adoecimentos psíquicos (Arruabarrena et al., 2013; Bell & Higgins, 2015; MS, 2001; Greenfield & Marks, 2009; Hibbard et al., 2012; Moran et al., 2002). Na literatura científica, estudiosos ainda evidenciam a ocorrência de várias problemáticas sociais e familiares (Greenfield & Marks, 2010; Moran et al., 2002).

Estudos internacionais também demonstram que não há consenso na literatura quanto ao conceito de violência psicológica, assim como, por vezes, ela é insatisfatoriamente definida (Arruabarrena et al., 2013; Moran et al., 2002). Muitas pesquisas sobre a violência doméstica na infância não abordam o abuso psicológico de forma aprofundada, sendo este último citado superficialmente frente a outras formas de violência. Apesar de ser vista como uma das formas mais prejudiciais de violência, trabalhos demonstram a dificuldade de enxergar esse abuso, durante muitos anos, como um objeto de estudo e como um problema social no mundo (Arruabarrena et al., 2013; Bell & Higgins, 2015).

A construção deste trabalho focado no público infantil se justifica por se tratar de sujeitos em um momento primordial de constituição subjetiva e psíquica, que deve ocorrer especialmente através de vínculos afetivos, proteção e cuidados saudáveis (Ferenczi, 1992; Schor, 2017; Winnicott, 2011). Além disso, as ideias que a criança constrói sobre o mundo e sobre si mesma estão intrinsecamente associadas às relações que estabelece com os seus pais e a forma como é percebida por eles, evidenciando que a base da saúde mental do ser humano é construída na infância (Bowlby, 2015; Winnicott, 2011).

Entretanto, testemunhamos, em nossa história, crianças que vivem com a incompreensão das relações violentas que vivenciam nas suas interações com os pais, sem habilidades de organizar suas intensidades emocionais, tampouco de nomear e dar sentido às

vicissitudes da vida familiar. Com isso, este estudo visa debater e propor entendimentos acerca desse fenômeno considerando as formas de sociabilidade e de organização familiar presentes na atualidade. Buscaremos, ainda, realizar uma discussão teórica através do referencial psicanalítico, sobre as repercussões afetivas que essa forma de violência pode acarretar ao desenvolvimento infantil.

Desenho metodológico

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa, que admitiu como fonte livros sobre a temática da violência e da infância e de autores da teoria psicanalítica, assim como artigos científicos que foram selecionados por meio da consulta nas bases de dados: *Google* acadêmico, *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (MEDLINE), Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC) e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO Brasil). Para a busca de publicações foram utilizados primeiramente no mês de agosto de 2019 os descritores: “violência psicológica e infância” e “violência psicológica e psicanálise”.

Depois de observarmos na literatura especializada as variadas nomenclaturas para se referir à violência psicológica, utilizamos em uma nova busca de pesquisas no mês de janeiro de 2020, nas mencionadas bases de dados, os termos: “abuso emocional ou afetivo ou psicológico e infância” e “maus-tratos emocional ou afetivo ou psicológico e infância”, no qual foi possível encontrar mais textos sobre o assunto. No que se refere à seleção dessas produções científicas, trabalhamos tanto com textos sobre a violência psicológica na infância como com os que retratam de modo mais abrangente acerca do fenômeno da violência e dos diversos tipos de abuso doméstico. Seguindo esses critérios, selecionamos 13 artigos ao todo para este trabalho, sendo apenas sete os que retratam especificamente a violência psicológica contra a criança.

Resultados e Discussão

A Família na Cultura Contemporânea e a Violência Psicológica como um Sintoma Social

A violência psicológica no contexto familiar possui variadas formas de manifestação que incluem atos repetidos ou singulares, intencionais e não intencionais, de rejeição, omissão, humilhação, agressão verbal, bem como falta de cuidados e ameaças do familiar contra a criança (Arruabarrena et al., 2013; Bell & Higgins, 2015; Greenfield & Marks, 2010; Hibbard et al., 2012; Moran et al., 2002). Esses episódios podem também ocorrer concomitantemente a outras formas de violência (Bell & Higgins, 2015; Moran et al., 2002). Atualmente não existe um conceito universal e delimitado de violência psicológica e muitas publicações encontradas exploram, a seu modo, a temática, dando ênfase a determinadas características mais do que em outras por ser um assunto complexo e multifacetado.

O Ministério da Saúde (MS, 2001) define a violência psicológica como todo movimento de um indivíduo contra um outro que causa ou objetiva causar interferências negativas em sua autoestima, na construção de sua identidade e em seu percurso de desenvolvimento. O que diferencia a violência psicológica de outras formas de abuso seria o fato de ela envolver o uso de agressões por meio de gestos, expressões faciais, palavras e outras atitudes de omissão e opressão sem a ocorrência direta de contato físico (MS, 2001). Bell e Higgins (2015) discutem em seu trabalho que os maus-tratos emocionais, além de serem menos compreendidos que outros modos de abuso, envolvem comportamentos que ignoram as necessidades psíquicas e emocionais da criança, abrangendo rejeições e negligências intencionais acerca dos cuidados com as crianças. Essa pesquisa também declara que as amplas e diversificadas definições de violência psicológica, em diferentes países, estão vinculadas às variações na forma como cada cultura concebe as punições psicológicas.

Para Moran et al. (2002), a violência psicológica no ambiente familiar diz respeito a contínuas interações negativas dos cuidadores em relação a criança. Tal perspectiva abrange exposição à violência doméstica, não reconhecimento das singularidades do infante,

imposição de normas educacionais rígidas, além de coação à delinquência e a outras posturas que demandem da criança uma inversão de papéis, na qual ela tem que assumir as responsabilidades dos adultos. A *Lei n. 13.010* (2014), que complementa a *Lei n. 8.069* (1990), enfatiza que todas as crianças possuem o direito de serem cuidadas sem o uso de crueldades, humilhações e outros constrangimentos que a ameacem, sob nenhuma alegação. Com isso, retrata a indispensabilidade de prevenir violências de qualquer natureza em uma parceria com as famílias, profissionais da saúde e educação, e órgãos responsáveis pela proteção da criança, debatendo nos mais variados âmbitos os direitos da criança.

É nesse cenário que alguns estudiosos descrevem que o abuso psicológico é uma das formas mais danosas de violência (Arruabarrena et al., 2013; Bell & Higgins, 2015), podendo causar, inclusive, mais prejuízos emocionais do que a violência física (Claussen et al., 1991 como citado em Abranches & Assis, 2011). Bell e Higgins (2015), assim como Moran et al. (2002), argumentam que o abuso emocional está relacionado a intenso sofrimento psíquico, com consequências adversas a curto e longo prazo, como depressão, ansiedade, distúrbios alimentares, somatizações, problemas com a aprendizagem, autoestima e relacionamentos, além de sentimentos de culpa e de raiva nas crianças.

Através das contribuições de Freud (2011) podemos afirmar que a violência está presente desde os primórdios da civilização e conserva importantes ligações com o conceito de agressividade. Conforme esse autor, os impulsos agressivos fazem parte da natureza humana, sendo, portanto, constitutivos do eu. Logo, é natural ao eu que a destrutividade possa ser desejada e fonte, inclusive, de satisfação, não se constituindo, em absoluto, como nociva ao ego. Azevedo e Guerra (1993) propõem uma distinção entre agressividade e violência, na qual a primeira se refere ao âmbito da natureza, enquanto a segunda diz respeito à esfera da cultura, sendo social e historicamente construída.

Em suas compreensões a respeito da violência na contemporaneidade e suas interlocuções com a agressividade, Silva e Besset (2010) abordam a violência como um fenômeno que excede e está para além da agressividade. Lacan (1999) parece demonstrar que a agressividade difere da violência por esta última ser entendida como uma totalidade da potência agressiva. Assim sendo, a violência é aquilo que escapa a palavra e ao que pode ser dito, configurando-se como um ato de agredir diante daquilo que não consegue ser simbolizado nem ser posto um sentido (Silva & Besset, 2010). A violência, então, fala da dificuldade nos processos de simbolização do sujeito acerca de sua relação com mundo.

Freud (2011) empreende noções no tocante aos novos modos de organização da sociedade, que no cerne de suas exigências culturais, evocam no sujeito uma condição avessa aos seus desejos e aos seus impulsos mais primitivos. A agressividade, nesse contexto, quando não acolhida ou transformada, torna-se violenta, manifestando o desconforto frente ao mal-estar presente na sociedade (Silva & Besset, 2010). Por conseguinte, as violências se multiplicam como uma retaliação do sujeito frente ao desamparo gerado pelas imposições da cultura e demarcam um lugar subversivo na contramão dos ideais civilizatórios e no rompimento dos laços libidinais que visam unir os sujeitos na sociedade (Freud, 2011). Para Silva e Besset (2010), no mal-estar insistente que provoca na atualidade, a violência se desvela como um sintoma social que guarda suas conexões com a história de cada sujeito.

Aliado a isso, Birman (2007) enfatiza que as novas formas de sociabilidade e, conseqüentemente, de organização familiar afetam indiscutivelmente os modos de subjetivação na contemporaneidade e a forma como a criança é concebida pela família, proporcionando reflexões sobre maneiras de manifestação da violência psicológica potencializadas por essas mudanças. Segundo esse psicanalista, a passagem de uma família extensa para uma família nuclear na modernidade configura novas relações nesse espaço.

Birman (2007) discute que, a partir do século XX, na dita família pós-moderna, alguns fundamentos da composição familiar foram abalados e novas formas de apresentação das relações afetivas, conjugais e entre pais e filhos se constituíram. É nessa esteira que o autor relata várias transformações sociais ocorridas, que deslocam os lugares de pai e mãe, de casamento e as noções acerca da criação dos filhos. A manutenção da relação conjugal, assim como a preocupação com a descendência ou filiação, deixa de ser regra e a condição atual dos indivíduos privilegia a liberdade na construção dos projetos de vida e das possibilidades de existir, no qual a criança pode ser percebida como um empecilho (Birman, 2007). Para Birman (2007) nos distanciamos de muitos preceitos que balizavam a ideia de família ideal.

Roudinesco (2003) argumenta que as famílias em desordem da era pós-industrial pervertem sua função de núcleo base da sociedade e descreve a família atual como mutilada, repleta de rupturas e violências veladas, em decorrência dessas transformações sociais e do sentimento ainda existente de desvalia em relação à mulher e à criança. O momento tecnológico e informacional em que vivemos exige constante aprimoramento e investimento no campo profissional que contribuem para tornar os pais mais ausentes na vida dos filhos. Ou, ainda, as crianças acabam sendo vistas como uma sobrecarga pela dupla jornada a ser encarada recorrentemente pelas mulheres, em um contexto desigual e patriarcal, na dedicação ao trabalho e à prole (Birman, 2007).

Logo, a perspectiva desse estudo envolve considerar que o meio social onde as pessoas estão inseridas é caracterizado pela aceleração da vida cotidiana e pelo modo capitalista de trabalho que impelem modos específicos de relações sociais propensas a serem permeadas pela fluidez e pela fragilidade nos contatos interpessoais. Como forma de compensar as faltas e as ausências das figuras parentais, se disseminam as creches e as escolas com tempo integral e as atividades extraescolares, para os que podem financeiramente, que funcionam para Birman (2007) como uma espécie, em certos casos, de terceirização do cuidado.

Contudo, é preciso considerar que a desigualdade socioeconômica gerada pelo sistema capitalista também evoca a necessidade de considerar a carência de recursos com que vive grande parte da população infantil no Brasil e as múltiplas violências que se desdobram sobre elas com as exclusões econômicas, políticas e sociais (Chauí, 2011). A situação de vulnerabilidade impõe mecanismos árduos de enfrentamento e as crianças são obrigadas a viver sem lares ou a engendrar, cada vez mais cedo, as responsabilidades de um adulto, como na problemática do trabalho infantil enfatizada por Gurski (2012).

A criança, portanto, passou a ocupar o lugar simbólico forjado a partir da vida dos pais e da complexa teia social na qual está emaranhada. Gurski (2012, pp. 70-71) argumenta que o lugar simbólico da criança no Brasil obedece a duas representações, a saber: a de “majestade” e a de “criança-esculacho”. As crianças majestades também são descritas por Libardi e Castro (2017) como sendo indivíduos a quem se dedica a possibilidade de um investimento libidinal e financeiro, com vistas a um retorno narcísico para os pais, e que vivem, por vezes, o mito de uma vida ideal construído pelos genitores. Já a segunda representação referente às crianças descartáveis na sociedade, está associada, em demasia, a noções de caridade, comiseração e mazela, na qual o sujeito percorre sua vida como um “esculacho” (Gurski, 2012, p. 71).

Diante das noções apresentadas, consideramos que a violência psicológica envolve a não implicação dos pais no que diz respeito à socialização e ao desenvolvimento dos filhos, privando-os de seus amores primordiais e de investimentos afetivos que favorecem o desenvolvimento de um ambiente suficientemente bom descrito por Winnicott (2012). Também diz respeito tanto a ataques verbais e gestuais que em uma dada cultura comuniquem hostilidades e rejeições, como a outros comportamentos que objetivem isolar, ameaçar, corromper e fazer uso do poder contra a criança no ambiente doméstico, desrespeitando suas necessidades, pensamentos e sentimentos acerca do mundo (*Lei n. 13.010, 2014*). São

situações contínuas de experiências traumáticas, no qual o sujeito em seu cotidiano guarda consigo fragmentos de agressões silenciosas, até mesmo, inconscientes.

Dessa forma, enfatizamos a existência de contextos sociais que, em muito, complicam a formação de fortes vínculos afetivos dos genitores com a criança, ou seja, de figuras de ligação que forneçam bases sólidas no que se refere às necessidades básicas e afetivas para a manutenção e criação de boas relações no crescimento do sujeito. Concebemos que muitos pais não cuidam porque estão tentando sua própria sobrevivência psíquica frente aos percalços de sua própria história e a um cenário sócio-histórico marcado pela naturalização e manutenção de práticas nocivas ao desenvolvimento infantil. Em vista disso, os maus-tratos psicológicos estão inscritos em um campo social adoecedor que reverbera nas relações estabelecidas entre os adultos e as crianças e fortalece a prática da violência doméstica.

A vítima de abusos emocionais pode encontrar diferentes formas de lidar e de manifestar suas inquietações com as violências sofridas. As defesas desenvolvidas e outros meios camuflados de expressar seu sofrimento diante daquilo que não foi simbolizado demonstram a busca por melhores soluções para o que vivencia, tentativas de obter cura, cuidados e ambientes que forneçam possibilidades de ligações afetivas (Schor, 2017).

Figueiredo e Coelho (2018) compreendem os adoecimentos psíquicos como pausas no processo de saúde psíquica do sujeito, isto é, como um sinal de que algo não vai bem em sua vida. Os processos saudáveis, por sua vez, são entendidos como o livre curso dos mecanismos psíquicos conscientes e inconscientes. Interrupções nesse processo ocasionam a liberação de defesas que, bem-sucedidas em seu propósito, respaldam o desenvolvimento de adoecimentos psíquicos e geram, conseqüentemente, grande sofrimento psíquico. Quanto mais cedo ocorrem os traumas desestruturantes, que provocam desordens nas funções psíquicas, relacionais e afetivas dos indivíduos, como a violência psicológica aqui retratada, menos

recursos terá a criança para conter, mediar e lidar com essas vivências, assim como mais radicais e potentes serão as defesas exigidas por essa condição.

Em resumo, a violência não é percebida ali mesmo onde se origina a ali mesmo onde se define como violência propriamente dita, isto é, como toda prática e toda ideia que reduza um sujeito à condição de coisa, que viole interior e exteriormente o ser de alguém, que perpetue relações sociais de profunda desigualdade econômica, social e cultural. Mais do que isso, a sociedade não percebe que as próprias explicações oferecidas são violentas, porque está cega ao lugar efetivo de produção da violência, isto é, a estrutura da sociedade brasileira. (Chauí, 2011, p. 383)

Devemos atentar que a nossa relação com o outro carrega em si uma dimensão ambivalente. Como trazido por Figueiredo e Coelho (2018), o outro é o nosso primeiro objeto de amor, mas também traz consigo possíveis cargas de hostilidade, mesmo sendo o único a quem, em nossa constituição, precisamos recorrer. É esse outro quem deve prover proteção e cuidados efetivos, e que, não obstante, traz consigo um grande potencial traumático.

Por cuidado, designamos ações que objetivam amparar, sustentar, conter e simbolizar, em muitas ocasiões, as experiências difíceis e angustiantes vividas pelo indivíduo, a fim de que elas sejam introduzidas no âmbito do sentido (Figueiredo & Coelho, 2018). Figueiredo (2012), desvendando a metapsicologia do cuidado, nos ajuda a compreender que há casos no qual as piores formas de violência vivenciadas dizem respeito àquelas que são camufladas e chamadas de cuidado, na qual ocorre a negação dos males que podem ser causados por um uso patológico do cuidado. “Talvez vivamos uma crise de cuidadores: menos sujeitos sentem-se aptos e dispostos a cuidar, e muitos que exercem os cuidados o fazem de forma mecânica e estereotipada” (Figueiredo, 2012, pp. 149-150). Diante disso, o abuso emocional a que nos referimos está associado a essas noções do Figueiredo (2012) sobre os usos patológicos do

cuidar, em que prevalecem o domínio e o poder sobre a criança, acionando a onipotência e a crueldade que geram, antes de mais nada, descuidos e maus-tratos.

Violência psicológica intrafamiliar e adoecimentos psíquicos

No que se refere às crianças na relação com os seus genitores, podemos nos indagar o que significa a falta de amparo, a agressão e a hostilidade dos objetos amados para esse sujeito? Quanto às proposições psicanalíticas, muitos autores podem auxiliar na discussão das implicações afetivas do abuso emocional no desenvolvimento infantil. Ferenczi (1992), em seus escritos, retrata as crianças não desejadas, mal acolhidas desde o nascimento. Para o psicanalista, são bebês que nascem frios frente à falta do calor e dos braços maternos desejosos e que possuem uma grande chance de vivenciar um estado de não existência desde a infância devido à falta de investimento afetivo dos pais. Situação na qual há a predominância das pulsões de morte, entendidas como um desligamento da vida.

Pinheiro (2006) argumenta que muitas dessas crianças não entendem a falta de acolhimento dos pais e o motivo de não serem desejadas. Segundo a autora, as teorizações ferenczianas são antagônicas à ideia de que na infância há sempre uma tendência à sobreposição da pulsão de vida, concebida como elo e ligação para Figueiredo (2012), em relação à pulsão de morte. Ferenczi (1992) discordava, pois defendia que para que tal proposição ocorresse era preciso que a criança, desde o início, tivesse condições suficientes de amor, proteção e cuidado. Caso contrário, os impulsos destrutivos, correlatos da pulsão de morte, se desenvolveriam mais fortemente.

De acordo com Ferenczi (1992), a constituição subjetiva do sujeito só pode ser construída na relação com o outro, enfatizando os efeitos construtivos dos bons investimentos realizados na criança pelo outro primordial desde o nascimento. Segundo Pinheiro (2016), o conceito de introjeção do citado autor nos mostra a importância da presença positiva do outro na trajetória infantil. A introjeção é entendida como um processo permeado pela ampliação do investimento do eu na relação com os objetos, cujo intuito é o de incluir no ego o universo

simbólico do outro e desenvolver a capacidade de fantasiar, se apropriar e fornecer sentido à realidade exterior. Para a autora, é a introjeção que torna o aparelho psíquico um aparelho de linguagem e é a relação com o agente cuidador que possibilita esse processo.

Ao desenvolver o conceito de trauma, Ferenczi (1992) fornece uma ampla rede de significações no tocante às experiências infantis em um ambiente pouco acolhedor. Com as noções apresentadas por Figueiredo e Coelho (2018), devemos enfatizar que o trauma a que nos referimos não diz respeito a uma experiência estruturante e necessária à constituição psíquica, mas sim a uma vivência desestruturante por provocar graves impactos na organização narcísica do sujeito e em sua economia energética. Em outras palavras, esse trauma se refere aos efeitos das ações de um outro sobre a criança. Assim, um agente externo, próximo à criança, provoca afetações no psiquismo dela em sua totalidade (Pinheiro, 2016). Figueiredo e Coelho (2018) esclarecem que a nossa relação com o outro por si só, em razão da nossa condição estrutural de incompletude e de relativa dependência do semelhante, pode provocar afetações e traumas que abalam o psiquismo em qualquer idade.

O que Ferenczi (1992) denominou de trauma inclui tanto uma educação rígida e autoritária dos pais quanto uma violência física ou sexual. Pinheiro (2016) ressalta que a concepção de trauma do psicanalista evidencia o uso de imposições incompreensíveis do adulto em relação à criança, como as práticas da violência psicológica. São abusos que envolvem ações ativas e passivas do agressor, ou seja, tanto a forma concreta da violência como a hostilidade e o desinvestimento sobre a criança (Schor, 2017). Esses traumas desestruturantes, para Ferenczi (1992), não são passíveis de serem assimilados e fazerem sentido para o indivíduo, pois ultrapassam as disposições da criança em organizar o ocorrido.

Em suas observações clínicas acerca dos traumas desestruturantes, Ferenczi (1992) também se refere às crianças mencionadas que não possuem desde o início de suas vidas cuidados que lhe forneçam minimamente condições de vida apropriadas. Por conta desses

desinvestimentos ou de más condutas dos pais, são indivíduos possíveis de terem prejuízos no tocante à mediação da sua relação com o mundo e à inserção satisfatória no universo da linguagem simbólica e da ludicidade. São crianças que, nesse caso, presenciam lacunas de afeto e de experiências não reconhecíveis para elas, que impossibilitam relações saudáveis com a realidade. Dessa forma, “o Eu frágil da criança desinvestida passa a desacreditar de sua presença efetiva no universo humano” (Schor, 2017, p. 72).

O supracitado fenômeno traumático é descrito como sendo composto pela experiência vivida inefável, em seguida, pela desqualificação ou descrédito dado por um outro acerca do ocorrido com o sujeito (Ferenczi, 1992). É defendido que, geralmente, a fala da criança, sobre o que ela pode dizer do que vive e viveu, é desacreditada pela negação do adulto da responsabilidade que ele tem em relação ao que ocorreu. Não apenas por isso, mas também porque seja difícil para as crianças duvidar da palavra do adulto, pela representação de poder e autoridade que tem sobre elas. Essa ideia corrobora a dificuldade existente em dar credibilidade ao testemunho da criança, em circunstâncias sociais, policiais e judiciárias, acerca de alguma violência que ela sofreu, em particular no que se refere à violência psicológica, na qual a necessidade de reconhecimento das declarações da criança é fundamental para o enfrentamento desse fenômeno (Eloy, 2012).

Comumente observamos a desvalorização da narrativa da criança quando nos referimos às agressões domésticas, cuja justificativa para esses atos está, em muito, incorporada ao senso comum e atrelada a noções de valores familiares, algo do âmbito da fantasia da criança, ou, ainda, vista como uma forma razoável de educação (Pinheiro, 2006). Problemáticas que, portanto, agravam a disseminação de condutas deturpadas, prejudicam a realização de denúncias e as notificações dos casos, bem como a construção de programas e dispositivos de prevenção desse abuso. Moran et al. (2002) discutem que raramente os maus-tratos emocionais são identificados e encaminhados para o serviço de proteção infantil. Como

a violência psicológica não possui indícios aparentes, sua detecção se torna difícil pelos profissionais da saúde, assim como perspectivas favoráveis com relação à promoção da saúde mental das vítimas (Silveira et al., 2016).

Ferenczi (1992), em suas teorizações, ressalta a confusão de línguas entre o adulto e a criança, isto é, a dificuldade do adulto em adaptar-se à língua da criança e respeitar suas especificidades. Do lado do adulto a linguagem da genitalidade, da paixão e do abuso, vivendo com uma história de construções, frustrações, ilusões e falhas que viveu e se apropriou conforme foi possível. Do outro, a criança, com a linguagem da ternura e de necessidades próprias de sua condição infantil que antecedem à genitalidade. Dois mundos e psiquismos diferentes (Ferenczi, 1992).

Observamos que a interação do adulto com a criança incita afetos e o que há de mais íntimo em sua trajetória de vida, interferindo em sua organização narcísica e caracterizando um encontro potencialmente traumático. Pinheiro (2016) ressalta que a criança traz a recordação daquilo que o adulto se esforça para esquecer acerca de si mesmo. Afinal, conforme Winnicott (2012), a criança faz com que o adulto lide consigo mesmo, pois ter e criar um filho não significa, necessariamente, maturidade emocional nem parental.

A criança, recorrentemente, tem sua fala barrada pelo adulto, o qual, do lugar que se coloca, entrega ao infante, em possíveis interações e comunicações com ele, uma linguagem passional e outros movimentos típicos da adulez que destoam, ocasionalmente, das necessidades desse sujeito. Essa tal linguagem passional diz respeito a um não reconhecimento da condição da criança, na qual ela vivencia o que lhe é dirigido de modo traumático e confusional calcado na desmesura, pois, por não estar na mesma condição que o adulto, não encontra recursos para responder ou lidar com o lugar em que é posta por ele. Dessa forma, é confusional porque aquilo que o adulto está fornecendo à criança não é o que ela realmente precisa e, em certos casos, o adulto sequer se indaga sobre isso. É nesse

contexto que se insere o fator traumático do qual falamos. O adulto exigir, fornecer ou esperar da criança aquilo que ela não possui meios de simbolizar, conter ou compreender.

O fato de não existir uma pessoa que autorize, confirme nem permita que a criança fale livremente sobre si mesma e outros assuntos incompreensíveis para ela, como alguma violência que sofrera, pode ocasionar uma série de desorganizações narcísicas nesse indivíduo. Estamos retratando uma impossibilidade de fala. Pinheiro (2016) argumenta que há situações em que a criança não consegue recorrer ao seu cuidador para receber ajuda quanto ao entendimento dos acontecimentos ocorridos, pois o adulto não se dispõe a falar sobre o vivido nem a verdade da criança. Nessas ocasiões, o adulto não explica o ocorrido para a criança e impede que ela fale sobre si e sobre sua própria verdade. Logo, esse outro, que deveria viabilizar os processos de simbolização e mediação da relação da criança com o seu contexto, barra essa condição. Não há como ela falar sobre si sem punição, estando, portanto, exposta a inúmeras situações na qual não consegue reagir de nenhuma maneira, mas apenas ser engolfada pelo mundo do adulto (Ferenczi, 1992).

Todo esse descrédito provoca no sujeito distúrbios em sua unidade narcísica. Instituída a insegurança na criança, ela perde a confiança em si mesma, naquilo que pensa, sente e percebe. Dessa forma, o traumático se inscreve nesse descrédito fornecido ao sujeito acerca de sua visão sobre a realidade, traduzindo a dificuldade do adulto em suportar a criança como ser falante (Pinheiro, 2016). A descrença em relação ao infante, na lógica de poder do adulto, envolve fazer a criança aceitar como bons e positivos os eventos que ela vivencia como ruins e destituídos de cuidado. Ou, ainda, como elementos que ela sequer consegue fazer essa distinção, entre o que é positivo e negativo, tanto pela ausência de mediação como por determinadas situações fazerem parte da sua rotina. É o mecanismo “da inversão do real, graças à produção de máscaras que permitem dissimular comportamentos, ideias e valores violentos como se fossem não violentos” (Chauí, 2011, p. 383).

De acordo com Pinheiro (2016), a fala não dita e a ausência de polissemia não perpassam a consciência e ficam presas, como que sufocadas vivas. Pela impossibilidade de introjeção e simbolização, o que resta à criança, segundo Ferenczi (1992), é a identificação com as características do agressor que acarreta o que o autor chamou de clivagem traumática, pois o que há é a concretude da experiência e o não sentido. Clivada, a criança, tem o seu eu invadido pela incorporação do agressor em uma tentativa de reparar aquilo que ocorreu com ela. Ela atribui a si a culpa e a responsabilidade que deveriam ser do agressor, e carrega a sua inocência ao mesmo tempo. A identificação com o agressor e o sacrifício de uma parte de si representam, para o autor, uma forma de manter de alguma maneira o objeto de amor idealizado e se libertar da dor de ter sido violentada. Schor (2017) expõe que a criança, ao atribuir a ela mesma os problemas que vivencia, acaba por se estruturar a partir disso.

Pinheiro (2016) evidencia que a invasão do agressor toma o lugar daquilo que deveria ser a simbolização do trauma, formando uma ferida na constituição subjetiva da criança e no processo de produção de sentidos. Conseqüentemente, a clivagem traumática diz respeito a uma lacuna no processo de introjeção provocada pela imposição radical da verdade do adulto que não se dispõe à mediação nem ao suporte para o registro psíquico do elemento traumático. Assim, a imposição intersubjetiva radical do agressor sobre a criança obstrui o processo de fazer sentido (Figueiredo, 2012).

O indivíduo que vivencia tais acepções deixa o psiquismo em um estado de desamparo, de morte interior, em que se anulam passivamente a capacidade de resistir e de ser. Suplantando as capacidades ativas de enfrentamento do psiquismo, o que se configura são adoecimentos marcados por um estado semelhante ao de morte ou quase morte, na qual a mente pode se apresentar inerte e entregue à passividade e ao desligamento do mundo. Para Figueiredo e Coelho (2018, p. 29), são pessoas que vivem as experiências do “(...) tédio, as depressões inexpressivas e as apatias, o senso de futilidade, as patologias do vazio”.

A clivagem narcísica caracteriza, então, uma defesa passiva, que entrega uma parte de si a não existência, a fim de que a outra sobreviva (Figueiredo & Coelho, 2018). Não é à toa que Ferenczi (1992) fala da tendência à predominância da pulsão de morte nesses casos, de desconexão e desligamento em vida, que só poderá ser regredida a partir do propiciamento de amor, conexão com o semelhante, e cuidado. Mais ainda, inferimos, conforme Pinheiro (2016), que o amor para Ferenczi consiste no crédito dado à palavra do sujeito.

Dito isso, se com Ferenczi (1992) vimos que o trauma desestruturante reside na imposição, feita pelo adulto à criança, de algo que ela não consegue entender nem suportar, para Winnicott (2012) esse fenômeno se refere a todo o conjunto de fracassos ambientais, incluindo a participação dos cuidadores, que prejudica o atendimento às necessidades psíquicas da criança. Winnicott (2012), assim como Ferenczi (1992), argumenta que as crianças privadas de bons afetos e de boas relações com os pais, que não gozam das liberdades e das possibilidades saudáveis da infância podem empreender uma série de organizações defensivas contra as agonias e as incompreensões de sua relação com o outro. Tendo como base suas experiências clínicas, Winnicott (2012) compreende que em contextos familiares insalubres muitas modalidades de adoecimentos psíquicos podem ser desenvolvidas pela criança em sua tentativa de suportar e organizar suas vivências, como as tendências antissociais, as vivências de despersonalização e desintegração, quadros depressivos e cisões da personalidade.

Winnicott (2011) vê a família e como a organizamos como reflexo da nossa cultura, e que, imprescindivelmente, os agentes cuidadores são partes essenciais dessa estrutura familiar para a criança. A família é vista como o grande centro de proteção do infante. Porém, o que temos debatido ao longo desse texto é como esse círculo pode se manifestar de forma prejudicial ao desenvolvimento emocional dos sujeitos. O mesmo autor enfatiza, inclusive, que as bases para uma sociedade democrática dependem da integração dos fatores familiares

que, certamente, deriva da integração pessoal de seus indivíduos. A saúde da família e da sociedade estão profundamente relacionadas à saúde emocional individual e ao modo como cada cultura e cada família organiza a vida emocional e relacional de seus indivíduos.

Estudos mostram que uma maior exposição à violência, no contexto social e doméstico, e a outros estressores múltiplos, como intensos conflitos familiares e a carência de renda financeira, pode favorecer a reprodução e o aumento de abuso emocional nas famílias (Arruabarrena et al., 2013; Rocha & Moraes, 2011). No caso das crianças vistas em situação de vulnerabilidade o que se vê, em muito, são espaços sociais adoecidos que absorvem de inúmeras formas as demandas e os sofrimentos daqueles que atrapalham a boa vista da suposta ordem social. Não vemos sequer os rostos dessas pessoas com suas mazelas psíquicas, não enxergamos as potencialidades, a espontaneidade nem os sons de suas vozes.

São sujeitos emudecidos, desconfiados, que lutam e fantasiam como podem, e que, muitas vezes, não têm a oportunidade de pôr em palavras aquilo que sentem para aliviar as incertezas do eu e se enriquecer de uma maior visibilidade de si e de possibilidades de reflexões. Falamos de crianças que estão em lugares áridos e onde a desconfiança virou uma regra nas relações, ou nas palavras de Figueiredo (2012, p. 94): “um fato sociológico”. A desconfiança é na capacidade do Outro em suportar, acolher e cuidar, bem como no medo da repetição do sentimento de desamparo e da impotência que pode ser experimentada estando em relação com uma pessoa que pode fazer emergir também ameaças internas pulsionais e superegoicas. Pois na situação traumática é possível deprendermos a interação entre fatores internos, subjetivos, e externos, a realidade social e cultural.

A criança que constrói a sua existência a partir dessas múltiplas agressões enfrenta dificuldades para se encaixar em um determinado contexto estável imaginativo e emocional que deve compor a família. O sujeito não consegue se desenvolver satisfatoriamente sem o desejo dos genitores, pois cada indivíduo se constitui a partir do que cria e recria acerca de

sua própria família (Winnicott, 2011). Logo, concebemos que a violência psicológica diz respeito a um sintoma de um meio familiar desintegrado, que não existe enquanto unidade, isto é, lares continuamente frágeis, repletos de descuidos e de relações intrincadas.

Acerca do modo como a criança lida com esses fatores, Winnicott (2012) assegura que na presença de constantes interações negativas, de não atendimentos às necessidades do sujeito, a criança pode desenvolver um falso eu para preservar o seu eu verdadeiro com toda a sua espontaneidade, potência de vida e criatividade. Trata-se da renúncia de um vínculo consigo mesmo em resposta à violência que sofreu (Schor, 2017). Para Winnicott (2012, p. 126), “(...) se não morrem, organizam um eu condescendente ou falso, que trai o verdadeiro eu na medida em que parece ser bem-sucedido em termos daquilo que os observadores acham que tem valor”. Características associadas a essa questão seriam as expectativas irrealistas, a negação dos sentimentos e pensamentos da criança, e o excesso de críticas que alguns pais têm sobre os filhos a fim de que eles sejam e realizem o que lhes agradam, sem levar em consideração as singularidades e os desejos dessas crianças (Moran et al., 2002).

Mesmo as crianças que tiveram inicialmente bons cuidados podem desenvolver essas defesas, especialmente em decorrência de experiências de rompimento de vínculos e do processo de continuidade do ser, enfatizado por Winnicott (2008). Para Figueiredo (2012, p. 136): “Não existimos, não nos sentimos existir, não conquistamos um senso de realidade se alguma continuidade não estiver sendo oferecida e experimentada”. Aquisições da criança podem, portanto, ser perdidas sem a continuidade de experiências de cuidado que culmine no desenvolvimento real e pessoal dos indivíduos. De acordo com Winnicott (2012), o indivíduo só consegue atingir a maturidade emocional em condições na qual a família possibilita um caminho de transição entre o cuidado dos pais e a vida social, que comporta uma extensão das funções da família.

Winnicott (2012) relata que os comportamentos tidos como difíceis ou de protesto e os atos antissociais podem ser vistos como formas de expressar as frustrações, os sentimentos irreconhecíveis e difíceis de nomear, bem como a agressividade que o ambiente desperta, culminando em ações controladas ou incontroláveis que manifestam a esperança de encontrar uma mãe e um lar suficientemente bons, ou seja, um ambiente que possa cuidá-lo. Schor (2017, p. 33) auxilia no entendimento de que tais sintomas “apontam, todos, para um mesmo padrão de distorções subjetivas, o qual tem por base a cristalização do pedido para que um outro – um cuidador – restitua-lhes a posse de si mesmas”.

Quando a família falha em fornecer referências estáveis por meio do qual a criança possa se guiar, ela busca essas referências no ambiente exterior, incitando alguém a cuidar dela, seja a escola, pessoas próximas ou mesmo a sociedade, com seus mecanismos repressivos (Winnicott, 2012). As referências estáveis mencionadas incluem as identitárias, as simbólicas e as que dizem respeito às funções de cuidar, a fim de que possam ser difundidas e introjetadas pelo sujeito, pois cuidar também envolve transmitir as habilidades cuidadoras para a manutenção e o desenvolvimento de relações implicadas (Figueiredo, 2012).

Apesar das propostas de reflexões e discussões abrangentes sobre o assunto proposto, cada sujeito vivencia seus traumas e adversidades familiares de maneira singular. Portanto, a criança que sofre violência psicológica, que vive ou que possui uma história pregressa dessas experiências traumáticas, desenvolve um modo pessoal de se reorganizar e enfrentar as angústias, inseguranças e ansiedades despertadas em suas relações interpessoais. Consequentemente, possui maior ou menor capacidade de recuperação dos abalos provocados em si mesmo e nos vínculos afetivos. As crianças podem, a sua maneira, encontrar formas criativas e sublimadas de seguir a sua existência e reparar suas relações criando novos sentidos e novos meios de expressão subjetiva para libertarem-se do aprisionamento psíquico causado pela relação traumática com o outro. Sendo assim, os sujeitos que lidam com esse

trauma não estão, necessariamente, fadados a graves adoecimentos, mas precisarão imprescindivelmente, em algum momento, de relações de cuidado e acolhimento que lhes permitam acessar suas dores e sofrimentos, uma vez que o viver de forma criativa demanda lugares que instiguem o potencial da criança, o brincar, o sonhar e a reflexão.

Considerações finais

A sociedade percorreu um árduo caminho para a conquista dos direitos da criança e para o reconhecimento social e político da necessidade de cuidados saudáveis ao seu desenvolvimento. Vimos que, nessa trajetória, apesar das transformações sociais, culturais e políticas, a criança ainda não está protegida por dispositivos seguros e eficazes, nem pelo seu núcleo primário de socialização, Estado e comunidade, pois continuamente sofre violências e enfrenta crenças negativas cristalizadas no que diz respeito à forma como é concebida pela sociedade e na relação com seus genitores. Nessas representações sociais acerca da infância, são evidenciadas a lógica de poder, superioridade e controle do adulto sobre o infante, assim como antagonismos quanto a enxergá-lo como um sujeito social e de direitos.

Esses pensamentos são sérios entraves na construção de contextos que forneçam uma maior visibilidade à violência psicológica intrafamiliar, assim como de mecanismos de enfrentamento e prevenção desse problema. Apesar dos evidentes avanços, no que se refere aos direitos do público infantil e dos esforços de pesquisadores e outros agentes de mudança acerca das urgências que envolvem a infância, a violência psicológica ainda é uma realidade pouco notada e desconhecida em muitas esferas sociais, de difícil diagnóstico e intervenção.

Aliado a isso, avaliamos que os modos de sociabilidade influenciam a reprodução de violências encobertas no ambiente doméstico, contribuindo para o entendimento dos maus-tratos emocionais como um sintoma social e familiar. Na análise das repercussões afetivas desse trauma, por meio de autores de referência psicanalítica, buscamos esclarecer que, de modo individual, a criança produz estratégias defronte às lesões emocionais e rupturas em seu processo de saúde e de desenvolvimento, causadas pelas opressões e constrangimentos na

relação com seus cuidadores. Condição essa que fala da dificuldade do adulto em reconhecer a singularidade e os limites psicológicos da criança.

Esse estudo também procurou disseminar conhecimentos para auxiliar no desenvolvimento de propostas e planos de intervenção, prevenção e enfrentamento da violência doméstica que favoreçam a efetivação da garantia dos direitos infantis e orientem novas possibilidades de laços saudáveis entre os sujeitos, especialmente em relação às famílias que vivem em situações de vulnerabilidade e mais expostas a violências. Essas proposições devem perpassar, como preconizado por lei, uma maior capacitação de profissionais da saúde, da educação e demais agentes que atuam na assistência ao infante, na identificação e prevenção de violências contra a criança (*Lei n. 13.010, 2014*).

Concluímos que toda a sociedade deve estar atenta e a serviço dessas questões, pois ao falarmos em saúde emocional individual e familiar nos referimos a um assunto que envolve a saúde da comunidade como um todo e quaisquer interações que ocorrem dentro dela. Essa perspectiva abrange a construção de relações sociais pautadas no fortalecimento de vínculos e no fornecimento de espaços seguros e saudáveis à estruturação psíquica. Acreditamos que a psicologia e a psicanálise ainda podem fornecer colaborações significativas quanto ao enfrentamento do abuso psicológico, apesar de não poderem ser os únicos saberes responsáveis por sustentar as mudanças no estado atual da temática discutida, dada a complexidade e a abrangência da problemática.

Referências

- Abranches, C. D. D., & Assis, S. G. D. (2011). A (in)visibilidade da violência psicológica na infância e adolescência no contexto familiar. *Cadernos de Saúde Pública*, 27(5), 843-854. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2011000500003&lng=en&nrm=iso
- Ariès, P. (2006). *História social da criança e da família* (2ª ed.). LTC.

- Arruabarrena, I., De Paúl, J., Indias, S., & Ullate, M. (2013). Psychologists and child psychological maltreatment severity assessment. *Psicothema*, 25(4), 482-487.
<http://www.psicothema.com/pdf/4141.pdf>
- Azevedo, M. A., & Guerra, V. N. A. (Orgs.). (1993). *Infância e violência doméstica: Fronteiras do conhecimento*. Cortez Editora.
- Bell, K. M., & Higgins, L. (2015). The impact of childhood emotional abuse and experiential avoidance on maladaptive problem solving and intimate partner violence. *Behavioral Sciences*, 5(2), 154-175. <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4493441/>
- Birman, J. (2007). Laços e desenlaces na contemporaneidade. *Jornal de Psicanálise*, 40(72), 47-62. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352007000100004&lng=pt&nrm=iso
- Bowlby, J. (2015). *Formação e rompimento dos laços afetivos* (5ª ed.). Martins Fontes.
- Chauí, M. (2011). Ética e violência no Brasil. *Revista Bioethikos*, 5(4), 378-383.
<http://www.saocamilo-sp.br/pdf/bioethikos/89/A3.pdf>
- Cohn, C. (2010). *Antropologia da criança* (2ª ed.) Jorge Zahar Ed.
- Costa, T. (2007). *Psicanálise com crianças*. Jorge Zahar Ed.
- Eloy, C. B. (2012). A credibilidade do testemunho da criança vítima de abuso sexual no contexto judiciário. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32(1), 234-249.
<https://www.scielo.br/j/pcp/a/zvrsf8Kc4LdfhyF9WRG8hmb/?format=pdf&lang=pt>
- Ferenczi, S. (1992). *Obras completas: Psicanálise IV*. Martins Fontes.
- Figueiredo, L. C. (2012). *As diversas faces do cuidar: Novos ensaios de psicanálise* (2ª ed.). Escuta.
- Figueiredo, L. C., & Coelho Junior, N. E. C. (2018). *Adoecimentos psíquicos e estratégias de cura: Matrizes e modelos em psicanálise*. Blucher.
- Freud, S. (2011). *O mal-estar na civilização*. Companhia das Letras.

Greenfield, E. A., & Marks, N. F. (2010). Identifying experiences of physical and psychological violence in childhood that jeopardize mental health in adulthood. *Child Abuse & Neglect*, 34(3), 1-21.

<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2838932/>

Greenfield, E. A., & Marks, N. F. (2009). Profiles of physical and psychological violence in childhood as a risk factor for poorer adult health: Evidence from the 1995-2005 National Survey of Midlife in the U.S. *Journal of Aging and Health*, 21(7), 1-17.

<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2751870/>

Gurski, R. (2012). O lugar simbólico da criança no Brasil: Uma infância roubada?. *Educação em Revista*, 28(1), 61-78.

<https://www.scielo.br/j/edur/a/8GFW9xB9yWzVgi7rKCgFHRB/?format=pdf&lang=pt>

Hibbard, R., Barlow, J., & Macmillan, H. (2012). Psychological maltreatment. *Pediatrics*, 130(4), 371-378.

<https://publications.aap.org/pediatrics/article/130/2/372/29936/Psychological-Maltreatment>

Lacan, J. (1999). *O seminário, livro 5: As formações inconscientes*. Jorge Zahar.

Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm

Lei n. 13.010, de 26 de junho de 2014. Altera a Lei n° 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante, e altera a Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13010.htm

- Libardi, S. S., & Castro, L. R. de. (2017). A proteção da infância no Brasil: Uma visão crítica das relações intergeracionais. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 17(3), 895-914.
<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v17n3/n17a06.pdf>
- Ministério da Saúde [MS]. (2001). *Violência intrafamiliar: Orientações para a prática em serviço* [Caderno de Atenção Básica nº 8].
http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd05_19.pdf
- Moran, P. M., Bifulco, A., Ball, C., Jacobs, C., & Benaim, K. (2002). Exploring psychological abuse in childhood: I. Developing a new interview scale. *Bulletin of The Menninger Clinic*, 66(3), 213-240. <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/12448628>
- Pinheiro, A. (2006). *Criança e adolescente no Brasil: Porque o abismo entre a lei e a realidade*. Editora UFC.
- Pinheiro, T. (2016). *Ferenczi*. Casa do Psicólogo.
- Rocha, P. C. X., & Moraes, C. L. (2011). Violência familiar contra a criança e perspectivas de intervenção do Programa Saúde da Família: A experiência do PMF/Niterói (RJ, Brasil). *Ciência & Saúde Coletiva*, 16(7), 3285-3296.
<https://www.scielo.br/j/csc/a/twkHB6ZckqzV4Dny9NYFKwp/?format=pdf&lang=pt>
- Roudinesco, E. (2003). *A família em desordem*. Jorge Zahar.
- Schor, D. (2017). *Heranças invisíveis do abandono afetivo: Um estudo psicanalítico sobre as dimensões da experiência traumática*. Blucher.
- Silva Junior, J. N., & Besset, V. L. (2010). Violência e sintoma: O que a psicanálise tem a dizer?. *Fractal: Revista de Psicologia*, 22(2), 323-336.
<https://www.scielo.br/j/fractal/a/3FRQR7hwYY3cqMMGX9NQ65H/?format=pdf&lang=pt>
- Silveira, T. B., Oliveira, A. M. N., Algeri, S., Susin, L. R. O., Baisch, A. L. M., Marques, L. A., & Silva, P. A. (2016). A invisibilidade da violência psicológica pelos profissionais

de saúde. *Journal of Human Growth and Development*, 26(3), 345-351.

http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbcdh/v26n3/pt_09.pdf

Winnicott, D. W. (2008). *A criança e o seu mundo* (6ª ed.). LTC.

Winnicott, D. W. (2011). *A família e o desenvolvimento individual* (4ª ed.). Martins Fontes.

Winnicott, D. W. (2012). *Privação e delinquência* (5ª ed.). Martins Fontes.

Informações Adicionais p/ Diagramação:

DOI: <https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v22i3.e11971>

Seção: Estudos Teóricos

Revista Subjetividades, 22(3): e11971, 2022

Como Citar:

Quixadá, L. M., & Santos, L. D. F. (2023). Violência Psicológica Intrafamiliar: Considerações Psicanalíticas sobre Crianças que Vivenciam esse Trauma. *Revista Subjetividades*, 22(3), e11971. <https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v22i3.e11971>

Recebido: 10.12.2020

Revisado: 12/10/2021

Aceito: 09/02/2022

Publicado: